



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS  
CNPJ - 01.321.850/0001-54



**ANEXO**

**Informações Gerais**

<b>Proposta:</b>	054654/2025		
<b>Objeto:</b>	Manutenção de Estrada Vicinal não pavimentada no Município de Apiacás - MT		
<b>Município:</b>	Apiacás	<b>UF:</b>	MT

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA OBTENÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Prefeitura Municipal de Apiacás, inscrita no CNPJ sob o nº 01.321.850/0001-54, por meio do presente documento, declara, para os devidos fins, que se compromete a obter, em conjunto com a empresa contratada, o licenciamento ambiental necessário à execução do objeto pactuado, conforme disposto na alínea “c” do art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, bem como em conformidade com o § 5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, que admite a previsão, em edital, da responsabilidade do contratado pela obtenção do referido licenciamento.

Esclarece-se, ainda, que a licença ambiental não será apresentada previamente, no momento da formalização da proposta nº 054654/2025, cujo objeto é Manutenção de Estrada Vicinal não pavimentada no Município de Apiacás-MT, submetida ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Por ser a expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

Apiacás-MT, 25 de novembro de 2025.

---

**Julio Cesar dos Santos**  
**Prefeito(a) do Município de Apiacás/MT**



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – MT  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL  
GESTÃO 2021 - 2024

## Licença de Operação Provisória

**LOP N° 007/2025**

**VÁLIDA ATÉ: 12/09/2028**

Processo n° 007/2025

Data do Protocolo: 14/07/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela portaria n° 771 de 23 de dezembro de 2015, pela Lei Municipal n° 0840/2013, que dispõe sobre o Código de Proteção Ambiental do Município de Apiacás, pela Resolução Consema n° 85/2014 e Lei Complementar n° 140/2011, concede a presente licença.

**DENOMINAÇÃO DE PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO:**

ESTÂNCIA 2 A

**ATIVIDADE LICENCIADA:**

Atividade de Lavra de Cascalho Laterítico, para fins de utilização em construção civil com uso direto.

**LOCALIZAÇÃO:** Estrada Vicinal João de barro) – Zona Rural

**MUNICÍPIO:** APIACÁS – MT

**Coordenadas Geográficas:** DATUM: SIRGAS 2000 - 9°21'4.21" S / 57°18'20.39" O

**NEMO/RAZÃO SOCIAL INTERESSADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT

**ATIVIDADE PRINCIPAL:** ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

**RESTRIÇÕES:**

As contidas neste processo de licenciamento e ou na Legislação em vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada, juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.

**DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE:**

- Conforme parecer técnico n° 007/2025

**LOCAL E DATA:** APIACÁS – MT, 12 de setembro de 2025.

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização



**Parecer Técnico Renovação  
de Licença provisória de  
Funcionamento**

**PT Nº: 001 / 2024**

**Processo Nº: 001 / 2024**

**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO**

**Interessado:**

- **Nome / Razão Social:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS
- **CPF/CNPJ:** 01.321.850/0001-54
- **Endereço:** AVENIDA BRASIL Nº 1059
- **Município:** APIACÁS - MT

**Propriedade/Obra ou Empreendimento:**

- **Denominação:** Área de recebimento temporário de materiais Classe A.
- **Localização:** Avenida dos Evangélicos, esquina com a avenida Guilherme Dobri.
- **CEP:** 78595-000
- **Município:** Apiacás - MT
- **Coordenada geográfica:** 9°34'07.17" S / 57°23'33.39" O
- **Responsável Técnico:** CRISTIANO BACELAR SILVA
- **Formação:** ENGENHEIRO AMBIENTAL - **CREA: MT:** 0517268639
- **ART DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº** 1220220068617

**Atividades Licenciadas:**

- IMPLANTAÇÃO DE BOTA FORA, PARA DESTINAÇÃO TEMPORARIA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ORIGINADO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE APIACÁS-MT.
- PRAZO DE VALIDADE DE 02 ANOS.

## **1 – INTRODUÇÃO:**

O presente Parecer Técnico foi elaborado em resposta ao requerimento de solicitação de LOP – Licença de Operação Provisória, protocolo nº 008/2022, impetrado pelo responsável do processo CRISTIANO BACELAR SILVA, Prefeitura Municipal de Apiaçás, CNPJ: 01.321.850/0001-54.

## **2– LOCALIZAÇÃO E ZONEAMENTO:**

A área do objeto trata-se de área pública, não possui vegetação segundo relatório de acompanhamento apresentado pelo responsável.

## **3 – ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO:**

De acordo com o Processo trata-se de pedido de Licença de Operação Provisória para implantação de bota fora, para destinação temporária de resíduos de construção civil, originado de obras de pavimentação a serem realizadas no Município de Apiaçás-mt.

A vistoria in loco, realizada, constatamos que a área de abrangência do projeto é zona urbana.

## **4 - ASPECTOS LEGAIS:**

- Para se evitarem maiores danos ao meio ambiente às obras civis e a conservação deve estar interligada, através de boas técnicas de construção que incorporam a maioria das atividades e processos destinados a evitar a degradação ambiental.
- O empreendimento deverá estar de acordo com as principais leis federais aplicáveis:
- Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- Resolução ANA nº 317, de 26/08/2003 institui o registro obrigatório no Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos (SNIRH) de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privadas usuárias de recursos hídricos em todo o País que realizam intervenções diretas como a captação de água ou lançamento de efluentes em corpos de água de domínio federal ou estadual. Caso a água seja fornecida pelo sistema de abastecimento e os efluentes sejam lançados na rede pública de esgoto não existe necessidade de outorga.
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 166 - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual – EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados (vide o item EQUIPAMENTOS para saber os EPI's exigidos para esta atividade).
- ABNT.

## **5 – Conferencia Documental:**

- Requerimento Padrão;
- Procuração;
- Plano de controle Ambiental (PCA);
- Documentos Proprietário;
- Mapas carta Imagem da Obra;
- Croquis da Área;
- ART nº 1220220068617 de responsável técnico CRISTIANO BACELAR SILVA

## **6 – VISTORIA:**

Vistoria realizada no dia 07/04/2024.

## **7 - CONDICIONANTES:**

- Está licença não dispensa o alvará e certidões necessárias.
- Destinar de forma correta os resíduos gerados e acondicionados.
- Realizar a limpeza e manutenção dos sistemas.
- Realizar a limpeza e a manutenção dos demais equipamentos e acessórios de controle e segurança, com a periodicidade instruída pelos fabricantes e Normas ABNT/NBR;
- Toda e qualquer alteração do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este órgão;
- Outras condicionantes exigências e restrições poderão ser estabelecidas por esta secretaria a qualquer tempo;
- A secretaria de meio ambiente reserva-se no direito de revogar a presente licença no caso de descumprimento de suas condicionantes, exigências, restrições ou de qualquer ação que fira a legislação ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
-

## 8 - CONCLUSÃO

- Diante das análises das informações apresentadas neste Parecer Técnico, o documento juntado ao processo as informações apresentadas e estudos apresentados pelo responsável técnico ART nº 1220220068617 de responsável técnico Cristiano Bacelar Silva, **deferimos a emissão da Licença de Operação Provisória**, implantação de bota fora, para destinação temporária de resíduos de construção civil, originado de obras de pavimentação a serem realizadas no Município de Apicás-MT.

É o Parecer que ora passo a vossa apreciação.

.

Apiacás - MT, 19 de abril de 2024.

---

**UILES E. FONTANA**  
*Engenheiro Florestal*  
*Analista de Meio Ambiente*  
*Portaria Nº: 023/2021*





## Parecer Técnico

PT Nº: 007 / 2025

Processo Nº: 007 / 2025

### INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

#### **Interessado:**

- **Nome / Razão Social:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS
- **CPF/CNPJ:** 01.321.850/0001-54
- **Endereço:** AVENIDA BRASIL Nº 1059
- **Município:** APIACÁS - MT

#### **Propriedade/Obra ou Empreendimento:**

- **Denominação:** Atividade de Lavra de Cascalho Laterítico, para fins de utilização em construção civil com uso direto.
- **Localização:** Estrada Vicinal João de barro) – Zona Rural
- **CEP:** 78595-000
- **Município:** Apiacás - MT
- **Coordenada geográfica:** 9°21'4.21" S / 57°18'20.39" O
- **Responsável Técnico:** CRISTIANO BACELAR SILVA
- **Formação:** ENGENHEIRO AMBIENTAL - **CREA: MT:** 0517268639
- **ART DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº** 1220220068617

#### **Atividades Licenciadas:**

- ATIVIDADE DE LAVRA DE CASCALHO LATERÍTICO, PARA FINS DE UTILIZAÇÃO EM CONSTRUÇÃO CIVIL COM USO DIRETO. NO MUNICÍPIO DE APIACÁS-MT.
- PRAZO DE VALIDADE DE 02 ANOS.
- HAVERÁ RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – PRAD.

## **1 – INTRODUÇÃO:**

O presente Parecer Técnico foi elaborado em resposta ao requerimento de solicitação de LOP – Licença de Operação Provisória, protocolo nº 008/2022, impetrado pelo responsável do processo CRISTIANO BACELAR SILVA, Prefeitura Municipal de Apiacás, CNPJ: 01.321.850/0001-54. O objetivo do projeto é a Construção do Campo de Futebol Suíço.

## **2– LOCALIZAÇÃO E ZONEAMENTO:**

A Área a ser explorada, fica contida no interior do imóvel denominado **Estância 2 A**, SIMCAR nº MT79729/2017, de propriedade de Andreia Batista Alexandre Azevedo.

## **3 – ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO:**

De acordo com o Processo trata-se de pedido de Licença de Operação Provisória para exploração de jazida de Cascalho Laterítico, para fins de utilização em construção civil com uso direto a serem realizadas no município de Apiacás - MT.

A vistoria in loco, realizada, constatamos que a área de abrangência do projeto é zona rural.

## **4 - ASPECTOS LEGAIS:**

- Para se evitarem maiores danos ao meio ambiente às obras civis e a conservação deve estar interligada, através de boas técnicas de construção que incorporam a maioria das atividades e processos destinados a evitar a degradação ambiental.
- O empreendimento deverá estar de acordo com as principais leis federais aplicáveis:
- Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras

providências;

- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- Resolução ANA nº 317, de 26/08/2003 institui o registro obrigatório no Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos (SNIRH) de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privadas usuárias de recursos hídricos em todo o País que realizam intervenções diretas como a captação de água ou lançamento de efluentes em corpos de água de domínio federal ou estadual. Caso a água seja fornecida pelo sistema de abastecimento e os efluentes sejam lançados na rede pública de esgoto não existe necessidade de outorga.
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 166 - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual – EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados (vide o item EQUIPAMENTOS para saber os EPI's exigidos para esta atividade).
- ABNT.

## **5 – Conferencia Documental:**

- Requerimento Padrão;
- Procuração;
- Plano de controle Ambiental (PCA);
- Documentos Proprietário;
- Mapas carta Imagem da Obra;
- Croquis da Área;
- PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
- ART nº 1220220068617 de responsável técnico CRISTIANO BACELAR SILVA

## **6 – VISTORIA:**

Vistoria realizada no dia 05/09/2025.

## **7 - CONDICIONANTES:**

- Está licença não dispensa o alvará e certidões necessárias.
- Destinar de forma correta os resíduos gerados e acondicionados.
- Realizar a limpeza e manutenção dos sistemas.
- Realizar a limpeza e a manutenção dos demais equipamentos e acessórios de controle e segurança, com a periodicidade instruída pelos fabricantes e Normas ABNT/NBR;
- Toda e qualquer alteração do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este órgão;
- Outras condicionantes exigências e restrições poderão ser estabelecidas por esta secretaria a qualquer tempo;
- A secretaria de meio ambiente reserva-se no direito de revogar a presente licença no caso de descumprimento de suas condicionantes, exigências, restrições ou de qualquer ação que fira a legislação ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

## 8 - CONCLUSÃO

Diante das análises das informações apresentadas neste Parecer Técnico, o documento juntado ao processo as informações apresentadas e estudos apresentados pelo responsável técnico ART nº 1220220068617 de responsável técnico Cristiano Bacelar Silva, **deferimos a emissão da Licença de Operação Provisória** para atividade de exploração de jazida de Cascalho Laterítico, para fins de utilização em construção civil com uso direto, localizado no entorno das coordenadas geográficas 9°21'4.21" S / 57°18'20.39" O.

Apiacás – MT, 11 de setembro de 2025.

**UILES E. FONTANA**  
*Engenheiro Florestal*  
*Analista de Meio Ambiente*  
*Portaria Nº: 023/2021*